LEI Nº 31 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1977

"Dispoẽ sobre autorização para abertura de crédito adicional especial."

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, Estado de São Paulo, usando de suas atribuiçoẽs - legais, DECRETA a seguinte . . .

LEI -

ARTIGO 1º:- Fica o Executivo autorizado a abrir um crédito adicional especial até o limete de Cr$ - 4.000.000,00 (quatro milhoẽs de cruzeiros), destinados a atender as dispesas com a aquisição de máquinas e equipamentos rodoviários, conforme dotação orçamentária abaixo discriminadas:

local	Econômico	Funcional	Especificação	
06.03	4130.00	16885341.003	Equip. e Inst.	Cr$ 3.600.000,00
06.03	3120.00	16885342.014	Mat. de Consumo....	Cr$ 400.000,00
			TOTAL.............	Cr$ 4.000,000,00

ARTIGO 2º:- O crédito autorizado pelo artigo anterior será coberto com os recursos obtidos através de - operação de crédito contratado junto à Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A, autorizado pela Lei Municipal Nº 24, de 23 de novembro de 1.977.

ARTIGO 3º:- Está Lei entrará em vigor - na data de sua publicação, revogadas as disposiçoẽs em contrário.

Antonio Celestino Neto
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

X prazo prorrogado até 15/05/79 - Lei 99/78

LEI Nº 32 DE 08 DE DEZEMBRO DE 1.977

"Dispoẽ sobre autorização para cobrança da Taxa de construção, Conservação e Melhoramentos de - estradas de rodagem."

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, Estado de São Paulo, usando de suas atribuiçoẽs - legais, DECRETA a seguinte . . .

LEI -

ARTIGO 1º:- A Taxa de Construção, conservação e melhoramento de estradas de rodagem tem como fato gerador a ultilizaç~ao efetiva ou potencial de serviços de manutenção das estradas ou caminhos municipais.

ARTIGO 2º:- O contribuinte da Taxa é o- proprietário, e titular do domínio útil ou possuidor de qualquer título de imóveis localizados na zona rural do territírio do município, situado na área servida, direta ou indiretamente, pelas estradas ou caminhos municipais.

ARTIGO 3º:- A base de cálculo da taxa é o custo dos serviços de construção, conservação e melhoramento- das estradas e caminhos municipais.

ARTIGO 4º:- Calcular-se-á o custo dos-

serviços considerando-se o total anual do exercício anterior - dos dispêndios contabilizados e apurados em balanço das despe-- sas, relativas a prestação dos serviços, devidamente corrigidos nos termos da legislação federal.

ARTIGO 5º:- Como critério de rateio, o- custo dos serviços, assim obtido, será dividido pela área total dos imóveis rurais do Município, beneficiados direta ou indiretamente pelos serviços de conservação, propiciando a fixação da importância a ser cobrada, por hectare, de cada propriedade.

ARTIGO 6º:- A taxa deverá ser recolhida anualmente a partir do mês de janeiro e a notificação do lançamento será feita por meio de avisos recibos.

ARTIGO 7º:- A falta de pagamento da taxa no vencimento fixado no aviso recibo de lançamento, sujeitará o contribuinte à multa de 20% (vinte por cento) sobre seu valor, juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês a à - correção monetária efetivada com a aplicação dos coeficientes - fixados pela legislação federal, inscrevendo-se o crédito da Fazenda Municipal, imediatamente após seu vencimento, como dívida ativa, para cobrança executiva.

ARTIGO 8º:- As reclamaçoẽs contra os - lançamentos deverão ser interpostas no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do aviso recibo.

ÚNICO:- cientificado da apreciação - do recurso, deverá o recorrente efetuar o pagamento da taxa no- prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação.

ARTIGO 9º:- Esta Lei será regulamentada 60 (sessenta) dias contados da data de sua publicação.

ARTIGO 10:- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e terá eficácia a partir de 1º de janeiro de 1.978, data em que ficarão revogadas as disposiçoẽs - em contrário.

Antonio Celestino Neto

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

::
::
::

LEI Nº 33 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1.977

"Dispoẽ sobre autorização para abertura de crédito adicional especial."

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA, Estado de São Paulo, usando de suas atribuiçoẽs legais DECRETA a seguinte . . . .

LEI -

ARTIGO 1º:- Fica o Executivo Municipal- autorizado a abrir um crédito adicional até o limete de Cr$ - 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros), suplementar ao crédito adicional especial aberto pelo DECRETO Nº 34/77 e autorizado pela Lei Municipal Nº 16, de 08 de setembro de 1.977 cuja dotação orçamentária é a seguinte:

CÓDIGO: